



1. Acompanhamento da Receita Orçamentária

1.1 Arrecadação - Janeiro a Agosto

As receitas correntes arrecadadas (excluídas as deduções) pela Prefeitura (Adm. Direta) até agosto/2017 foram de R\$ 30,630 bilhões, o que representa um aumento real de 0,3% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2016 (Tabela 1.1). Somando as receitas de capital, a arrecadação da Prefeitura - PMSP foi de R\$ 31,259 bilhões, queda real de 0,7%. A receita da PMSP até agosto correspondeu a 61,5% da receita orçada para o ano. Enquanto as receitas correntes da PMSP atingiram 67% do orçado, as receitas de capital alcançaram apenas 13,3% do valor orçado para o ano.

| Seção | Pág |
|--|-----------|
| 1. Acompanhamento da Receita | 1 |
| 1.1 Arrecadação Municipal - Janeiro a Agosto | 1 |
| 1.2 Arrecadação Municipal - Mês de Agosto | 7 |
| 2. Acompanhamento da Execução Orçamentária | 9 |
| 2.1 Despesa Orçamentária - Janeiro a Agosto | 9 |
| 2.2 Créditos Adicionais Suplementares | 17 |
| 3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP | 18 |
| 4. Resultado Orçamentário | 19 |
| 5. Caixa e Equivalentes de Caixa - PMSP | 21 |
| 6. A Arrecadação de IPTU em São Paulo | 23 |

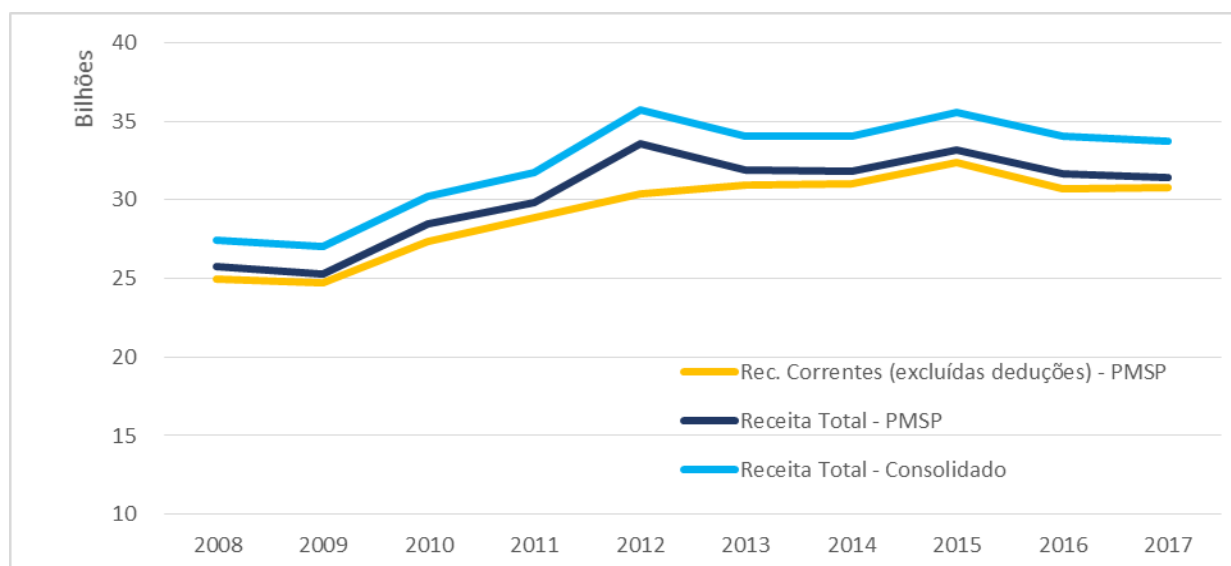
Tabela 1.1 - Comparativo Receita Acumulada - em R\$

(Fonte: Cubo / SOF/SF - posição em 21/09/2017)

| | Orçado 2017 (I) | Jan-Ago 2016 (II) | Jan-Ago 2017 (III) | Var.Nom% (III / II) | Var. Real% | %Orç. (III / I) |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|---------------|--------------------|
| Rec. Correntes | 48.084.531.446 | 30.906.556.226 | 32.216.261.123 | 4,2% | 0,3% | 67,0% |
| IPTU | 8.186.054.486 | 5.805.272.649 | 6.419.610.211 | 10,6% | 6,4% | 78,4% |
| ITBI | 1.764.664.873 | 1.044.971.594 | 1.142.698.824 | 9,4% | 5,5% | 64,8% |
| ISS | 12.664.898.596 | 7.930.077.959 | 8.326.879.414 | 5,0% | 1,1% | 65,7% |
| Cota Parte ICMS | 7.290.149.459 | 4.465.738.130 | 4.532.997.055 | 1,5% | -2,2% | 62,2% |
| Cota Parte IPVA | 2.440.078.133 | 2.160.567.189 | 2.165.550.450 | 0,2% | -4,3% | 88,7% |
| IR | 2.081.512.389 | 1.167.793.013 | 1.345.435.530 | 15,2% | 11,0% | 64,6% |
| FUNDEB | 3.589.823.200 | 2.342.709.771 | 2.547.495.575 | 8,7% | 4,6% | 71,0% |
| SUS | 1.861.702.362 | 1.083.869.657 | 1.102.310.506 | 1,7% | -2,1% | 59,2% |
| FPM | 278.244.314 | 162.622.409 | 191.403.571 | 17,7% | 13,3% | 68,8% |
| Multas de Trânsito | 1.539.250.000 | 913.875.364 | 1.164.976.356 | 27,5% | 22,9% | 75,7% |
| Demais Rec. Correntes | 6.388.153.634 | 3.829.058.490 | 3.276.903.632 | -14,4% | -17,4% | 51,3% |
| (-) Deduções Correntes | -2.091.612.953 | -1.506.110.582 | -1.585.667.785 | 5,3% | 1,1% | 75,8% |
| Rec. Correntes menos Deduções (A) | 45.992.918.493 | 29.400.445.644 | 30.630.593.338 | 4,2% | 0,3% | 66,6% |
| Rec. Capital (B) | 4.717.612.650 | 916.369.364 | 628.497.804 | -31,4% | -33,8% | 13,3% |
| Transf. União | 2.067.742.319 | 215.875.319 | 110.725.732 | -48,7% | -51,0% | 5,4% |
| Transf. Estado | 514.000.000 | 346.149.728 | 325.231.236 | -6,0% | -8,9% | 63,3% |
| Rec. Arrecadados em Exerc. Anteriores (C) | 100.000.000 | 0 | 0 | | | 0,0% |
| Total PMSP (D=A+B+C) | 50.810.531.143 | 30.316.815.008 | 31.259.091.143 | 3,1% | -0,7% | 61,5% |
| Adm. Indireta (E) | 3.884.032.000 | 2.260.223.351 | 2.263.634.087 | 0,2% | -3,5% | 58,3% |
| Consolidado (D+E) | 54.694.563.143 | 32.577.038.359 | 33.522.725.230 | 2,9% | -0,9% | 61,3% |

Consolidando com a administração indireta (autarquias e fundações municipais), a arrecadação foi R\$ 33,522 bilhões, representando uma queda real de cerca de 0,9% frente ao mesmo período de 2016. Comparando com um período de tempo mais longo, a arrecadação até agosto/2017, em termos reais, está abaixo da verificada nos últimos cinco anos (Gráfico 1.1). Esta queda na arrecadação municipal está diretamente ligada à retração da economia brasileira verificada nos últimos trimestres. Considerado um precursor do PIB e, conseqüentemente, da atividade econômica brasileira, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central - IBC-Br (dessazonalizado), apresentou, em julho/2017, leve aumento de 0,41% em relação ao mês anterior. No entanto, no acumulado dos 12 meses (jul/2017 a ago/2016), o índice registra redução de 1,37% em relação ao mesmo período anterior (jul/2016 a ago/2015).

Gráfico 1.1 - Receita Arrecadada até agosto de 2008 a 2017 - R\$ Bilhões (em valores atualizados para agosto/17)

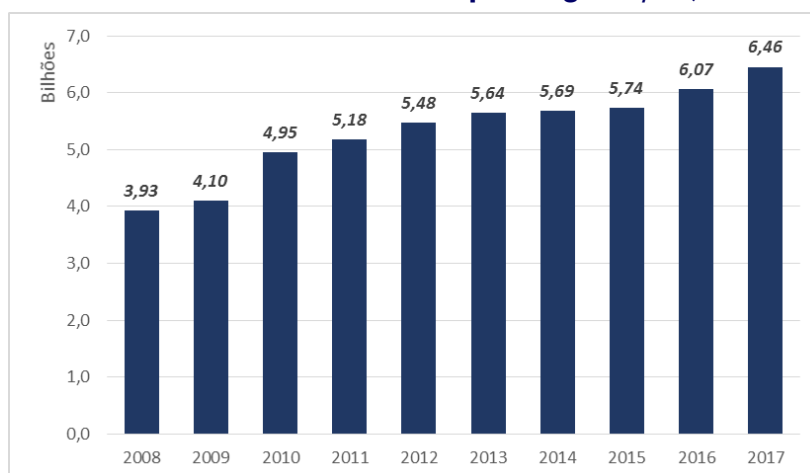


Fonte dos Dados: SOF/Cubo

IPTU. Entre os tributos municipais, o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU foi o que registrou maior crescimento real (6,4%). Vale ressaltar que a arrecadação de IPTU é pouco expressiva no mês de janeiro. As receitas com o imposto tornam-se mais significativas a partir de fevereiro, mês em que se iniciam os pagamentos (à vista ou parcelados) regulares referentes ao exercício corrente. O Decreto nº 57.560, de 22 de dezembro/2016, atualizou os valores utilizados para a apuração da base de cálculo do IPTU para o exercício 2017 em 6% com relação aos valores de 2016. Além da correção de 6%, sobre alguns imóveis ainda há o reajuste em razão da Lei Municipal nº 15.889/2013, que atualizou os valores unitários de metro quadrado de construção e terreno.

Apesar de ter sido sancionada em 2013, os seus efeitos repercutem sobre a arrecadação de IPTU dos exercícios seguintes, uma vez que a própria lei estabeleceu um limite de aumento anual de 10% para imóveis residenciais e de 15% para os demais casos. O Gráfico 1.2 ilustra a evolução da arrecadação do IPTU (em valores corrigidos) até agosto nos últimos 10 anos.

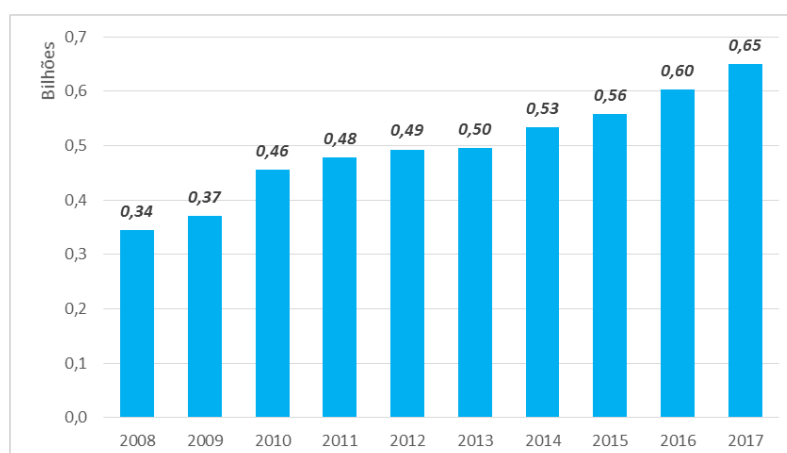
Gráfico 1.2 - IPTU - Arrecadação até agosto de 2008 a 2017 - R\$ Bilhões (em valores atualizados para agosto/17)



Fonte dos Dados: SOF/Cubo

Considerando apenas os meses de agosto, em termos reais, a arrecadação com o IPTU é a mais alta registrada desde 2008, com um crescimento nominal de 10,5% quando comparado ao mesmo mês do ano passado (ver tabela 1.2). O crescimento real acumulado desde 2008, considerando somente os meses de agosto, chega a 88%. O gráfico 1.3 apresenta, de 2008 a 2017 a evolução da arrecadação de IPTU para o referido mês (valores corrigidos para agosto/2017).

Gráfico 1.3 - IPTU - Mês de agosto - 2008 a 2017 - R\$ Bilhões (em valores atualizados para agosto/2017)

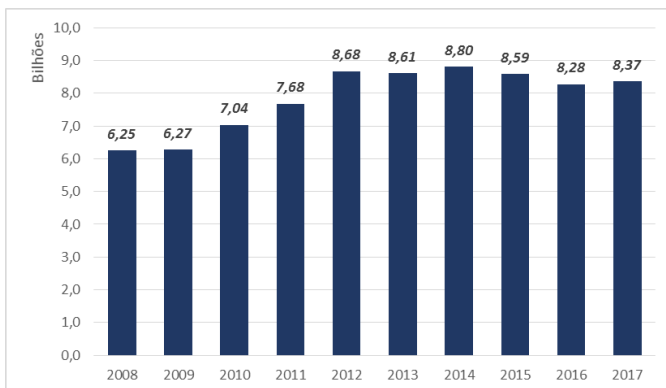


Fonte dos Dados: SOF/Ábaco

ITBI. Até agosto/2017 as receitas com esse imposto cresceram 5,5% em termos reais quando comparadas ao mesmo período de 2016. A arrecadação do ITBI tem relação com o desempenho do mercado imobiliário, que segundo dados do SECOVI, vem apresentando melhora em relação ao ano passado (ver Box 1.1 ao lado).

ISS. A arrecadação do principal item da receita municipal, o ISS, vem se recuperando, seguindo a tendência apresentada pela Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, que indica uma melhora do setor de serviços no estado de São Paulo em julho (ver Box 1.2 ao lado). Até agosto/17, a arrecadação de ISS apresentou aumento real de 1,1% com relação ao mesmo período de 2016, revertendo a tendência de queda apresentada nos últimos 2 anos (gráfico 1.4).

Gráfico 1.4 - ISS - Arrecadação até agosto de 2008 a 2017 - R\$ Bilhões (em valores atualizados para agosto/17)



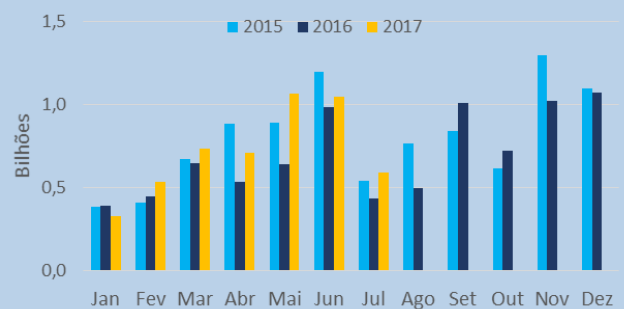
Fonte dos Dados: SOF/Cubo

Box 1.1 - Mercado Imobiliário

Segundo dados da Pesquisa do Mercado Imobiliário de São Paulo, divulgada mensalmente pelo SECOVI-SP, o Valor Global de Vendas - VGV (Gráfico 1.5) em julho/2017 atingiu R\$ 589,2 milhões, o que representa um aumento nominal de 35,17%, comparado ao valor do mesmo mês de 2016.

Considerando o VGV acumulado até julho, em 2017 o valor nominal registrado é 23,11% superior ao apurado no mesmo período para 2016.

Gráfico 1.5 - VGV (Valor Global de Vendas) Mensal R\$ bilhões



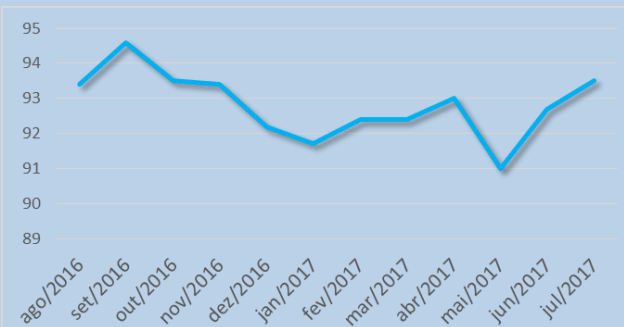
Fonte dos Dados: Secovi - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo

Box 1.2 - Setor de Serviços

A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE apontou que o volume de serviços prestados no Estado de São Paulo (índice dessazonalizado), em julho/2017, subiu 0,42% em relação a junho/2017. Em junho/2017, o índice havia subido 1,6% (dados revisados) em relação a maio/2017.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o volume de serviços prestados registrou leve aumento de 0,85%, já no acumulado do ano (jan/2017 a jun/2017), o aumento é de 3,25%.

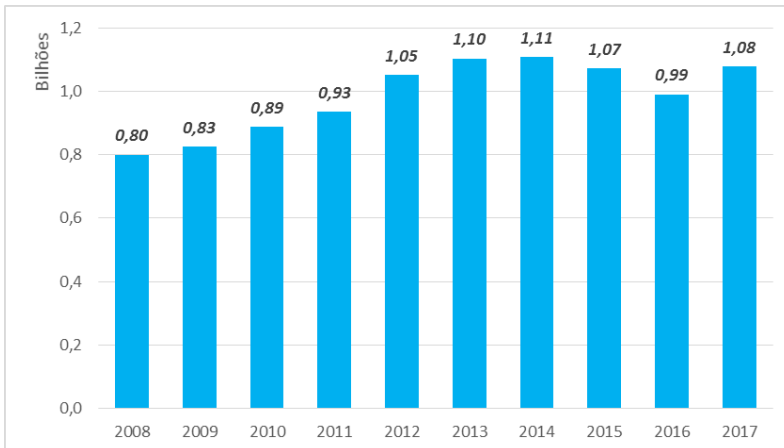
Gráfico 1.6 - Índice de Volume de Serviços Prestados (com ajuste sazonal) - Estado de SP



Fonte dos Dados: IBGE

Em termos mensais, o valor da receita de ISS foi maior do que o arrecadado no ano passado e em 2015, mas ainda abaixo das receitas auferidas nos meses de agosto de 2013 e 2014 (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.6 - ISS - Mês de agosto 2008 a 2017 - R\$ Bilhões (em valores atualizados para agosto/2017)



Fonte dos Dados: SOF/Ábaco

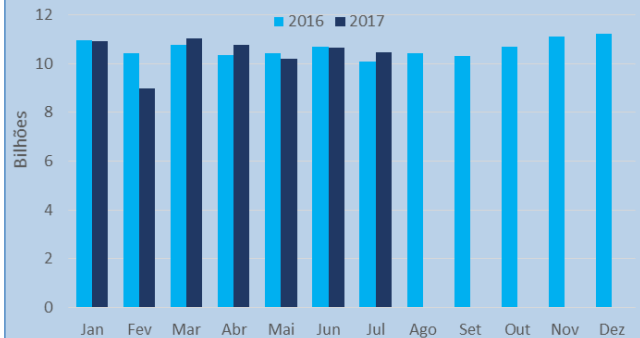
ICMS. Observou-se até agosto/17 uma queda real de 2,2% das transferências da cota-parte ICMS recebidas pelo Município. O fato explica-se, em parte, pela queda da arrecadação estadual (ver Box 1.3).

Quanto às perspectivas da arrecadação para o restante do ano, cabe destacar que o índice de participação do município de São Paulo, referente ao ano de 2017, será 0,9% menor ao seu valor de 2016 (ver Box 1.3). Este fato reforça o fenômeno observado no gráfico 1.9. O valor da cota-parte de ICMS (valores atualizados para agosto/2017) recebido pelo Município até agosto deste ano é o menor desde 2008. O gráfico ressalta que desde 2013, pelo menos até agosto de cada ano, há uma tendência de diminuição dos valores dessas transferências financeiras.

Box 1.3 - Cota Parte - ICMS

No estado de São Paulo, a arrecadação de ICMS registrou, até julho de 2017 (último dado disponibilizado até o fechamento desta edição), queda real de 0,85% comparativamente ao mesmo período de 2016. Na comparação mês a mês, o valor arrecadado de julho/2017 foi 4,04% maior em relação a julho/2016.

Gráfico 1.7 - Arrecadação ICMS - Estado de S Paulo em valores de julho/2017

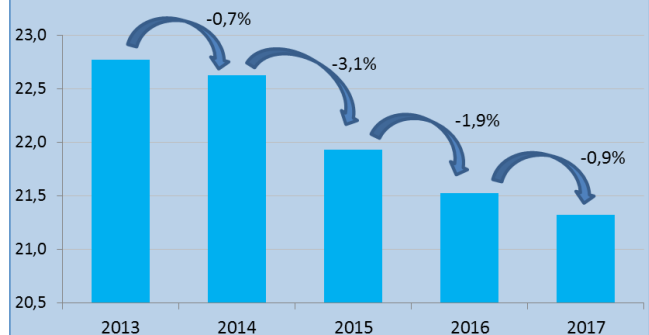


Fonte dos Dados: Secretaria da Fazenda - Gov. Estadual de SP

Além da queda do valor arrecadado, outro fator que tem contribuído para a diminuição da receita municipal com a cota-parte ICMS é a redução do Índice de Participação do Município (IPM) da cidade de São Paulo. Conforme Constituição Federal, parcela de 25% arrecadação estadual do ICMS deve ser repartidas com os municípios. No estado de São Paulo, a repartição do imposto entre os municípios é feita de acordo com o Índice de Participação do Município - IPM, que leva em conta diversas características dos municípios: valor adicionado, população, receita tributária, área cultivada, área inundada e área protegida.

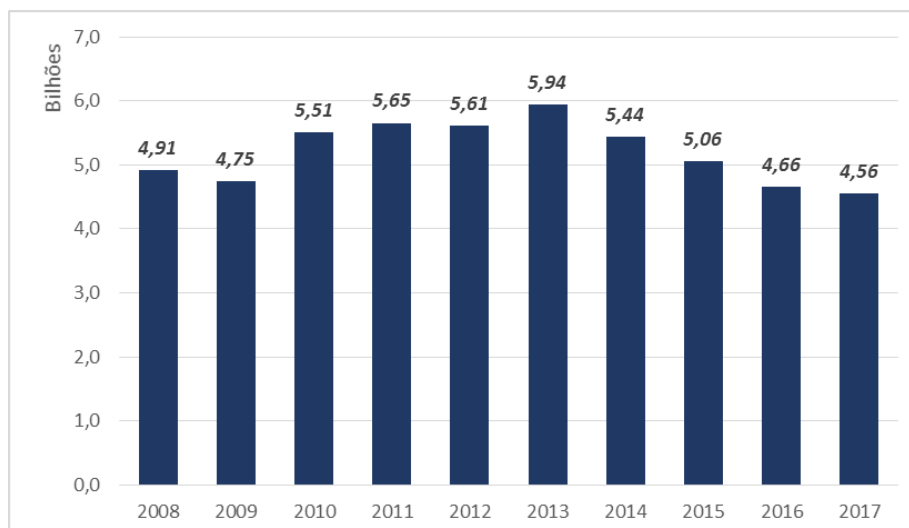
Nos últimos anos, o IPM do município de São Paulo tem apresentado sucessivas quedas. Para 2017, a queda será de 0,9% (Gráfico 1.8).

Gráfico 1.8 - Índice de Participação do Município - cidade de São Paulo



Fonte dos Dados: Secretaria da Fazenda - Gov. Estadual de SP

Gráfico 1.9 - Transferências Cota-Parte ICMS - Arrecadação até agosto de 2008 a 2017 - R\$ Bilhões (em valores atualizados para agosto/17)

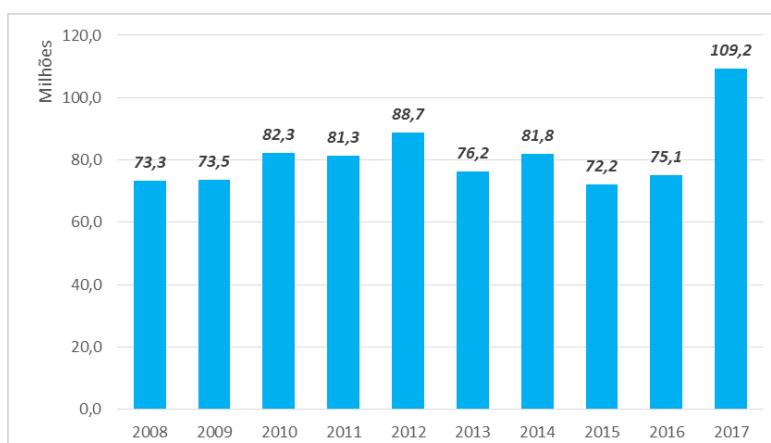


Fonte dos Dados: SOF/Cubo

IPVA. O IPVA é um imposto recolhido pelos estados, no entanto, metade do valor arrecadado deve ser transferido para o município em que o veículo foi licenciado. Nos meses de janeiro, há recolhimento do IPVA pelos contribuintes que optarem pelo pagamento à vista do tributo, por essa razão é o mês no qual se concentram, tradicionalmente, de 39% a 41% da arrecadação anual do imposto.

Até agosto/17, o valor da receita de IPVA repassada ao município foi, em termos reais, 4,3% inferior ao valor do mesmo período de 2016. No entanto, em termos mensais, foi o maior valor para agosto desde 2008 (Gráfico 1.10).

Gráfico 1.10 - IPVA - Mês de agosto 2008 a 2017 em valores atualizados para agosto/2017 - R\$ Milhões



Fonte dos Dados: SOF/Cubo

1.2 Arrecadação - Mês de Agosto

A Tabela 1.2 apresenta o detalhamento do valor arrecadado no mês de agosto/2017 comparativamente a agosto/2016. A receita arrecadada pela Prefeitura foi de R\$ 3,908 bilhões, o que representou um crescimento real de 0,1% em relação a agosto/2016 (Tabela 1.2). As receitas correntes (menos deduções) subiram, em termos reais, 3,7%, enquanto que a receita consolidada ficou praticamente estável.

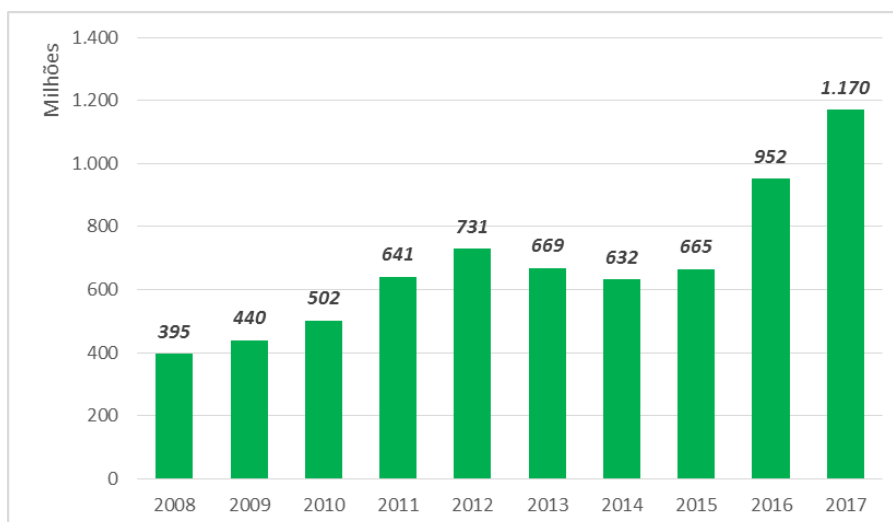
Tabela 1.2 - Comparativo Receita Mensal - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Cubo - posição em 21/09/2017)

| | Ago 2016 (I) | Ago 2017 (II) | Var.Nom% (II / I) | Var. Real% |
|--|-------------------------|--------------------------|------------------------------|-------------------|
| Rec. Correntes | 3.722.110.667 | 3.963.613.533 | 6,5% | 3,9% |
| IPTU | 587.689.215 | 649.497.090 | 10,5% | 7,9% |
| ITBI | 148.252.655 | 166.954.023 | 12,6% | 9,9% |
| ISS | 966.278.253 | 1.078.078.354 | 11,6% | 8,9% |
| Cota Parte ICMS | 620.839.966 | 637.233.752 | 2,6% | 0,2% |
| Cota Parte IPVA | 73.285.240 | 109.206.388 | 49,0% | 45,4% |
| IR | 155.201.727 | 177.694.625 | 14,5% | 11,7% |
| FUNDEB | 274.246.217 | 331.644.650 | 20,9% | 18,0% |
| SUS | 135.869.675 | 139.751.505 | 2,9% | 0,4% |
| FPM | 18.798.586 | 20.302.715 | 8,0% | 5,4% |
| Multas de Trânsito | 157.138.401 | 187.933.720 | 19,6% | 16,7% |
| Demais Rec. Correntes | 584.510.733 | 465.316.711 | -20,4% | -22,3% |
| (-) Deduções Correntes | -161.933.251 | -180.199.391 | 11,3% | 8,6% |
| Rec. Correntes menos Deduções (A) | 3.560.177.416 | 3.783.414.142 | 6,3% | 3,7% |
| Rec. Capital (B) | 252.247.487 | 125.545.208 | -50,2% | -51,4% |
| Transf. União | 5.617.799 | 401.443 | -92,9% | -93,0% |
| Transf. Estado | 161.118.948 | 106.794.500 | -33,7% | -35,3% |
| Rec. Arrecadados em Exerc. Anteriores (C) | 0 | 0 | | |
| Total PMSP (D=A+B+C) | 3.812.424.902 | 3.908.959.350 | 2,5% | 0,1% |
| Adm. Indireta (E) | 284.223.541 | 289.415.193 | 1,8% | -0,6% |
| Consolidado (D+E) | 4.096.648.444 | 4.198.374.542 | 2,5% | 0,02% |

Destaca-se no mês, pelo peso na composição das receitas e pela recuperação em relação aos meses passados, o crescimento da receita tributária de ISS, com aumento real de 8,9%. Outras receitas de menor valor, como Cota Parte de IPVA, FUNDEB e ITBI também registraram crescimento real expressivo. Outra receita que vem ganhando importância é a de Multas de Trânsito, que em Agosto registrou aumento real de 16,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. Olhando para os valores corrigidos arrecadados até agosto, a tendência é de crescimento dessa receita, como apresentado no gráfico 1.11.

Gráfico 1.11 - Multas de Trânsito* - Arrecadação até agosto de 2008 a 2017 - R\$ Milhões (em valores atualizados para agosto/17)

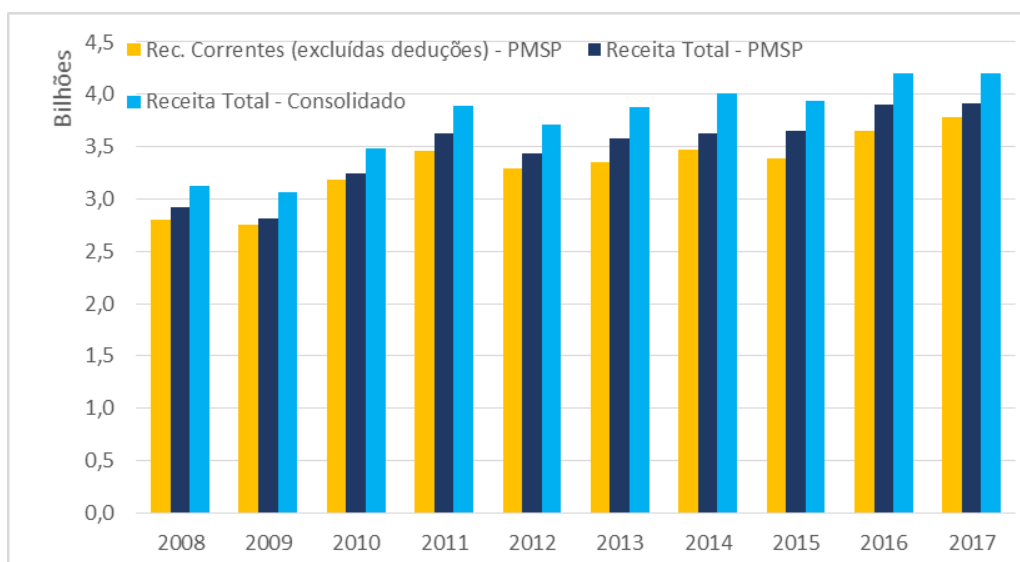


Fonte dos Dados: SOF/Ábaco

No sentido oposto ao crescimento verificado nas receitas correntes, as receitas de capital apresentaram forte queda de 51,4% em termos reais quando comparadas ao arrecadado em agosto de 2016. As Transferências da União foram reduzidas em 93% quando comparada ao mesmo mês de 2016, enquanto as estaduais caíram 35,3%.

O gráfico 1.12 apresenta a evolução da arrecadação (em valores corrigidos) somente para os meses de agosto, de 2008 a 2017, das receitas correntes (excluídas deduções), da receita total da administração direta (PMSP) e da receita total consolidada.

Gráfico 1.12 - Receita Arrecadada - Agosto de 2008 a 2017 - R\$ Bilhões (em valores atualizados para agosto/17)



Fonte dos Dados: SOF/Cubo

2. Acompanhamento da Execução Orçamentária

2.1 Despesa Orçamentária - Janeiro a Agosto

A despesa liquidada até agosto/2017 pela administração direta (PMSP), excluindo a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP, foi de R\$ 22,483 bilhões, representando uma queda nominal de 1% frente ao mesmo período do exercício anterior. Em termos reais houve queda de 4,5%. No consolidado da administração direta e indireta, incluindo a CMSP e TCMSP, a despesa liquidada totalizou R\$ 30,399 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 1%, o que representa uma queda real de 2,6% em relação a 2016.

Tabela 2.1 - Comparativo da Despesa Acumulada

(Fonte: SOF/SF e Cubo, posição 21/09/2017)

| | Orçado | | Liquidado | | Var. % Liq. | Var. Real% Liq. |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|
| | 2016 | 2017 | Jan-Ago/2016 | Jan-Ago/2017 | | |
| Despesas Correntes (I) | 32.263.260.219 | 33.241.933.014 | 19.943.209.826 | 20.461.822.089 | 2,6% | -1,0% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 11.859.693.700 | 12.423.816.023 | 7.349.428.023 | 7.492.076.491 | 1,9% | -1,7% |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.346.341.499 | 1.278.827.868 | 744.910.075 | 818.433.520 | 9,9% | 5,9% |
| Outras Despesas Correntes | 19.057.225.020 | 19.539.289.123 | 11.848.871.728 | 12.151.312.079 | 2,6% | -1,0% |
| Despesas de Capital (II) | 9.703.331.670 | 8.208.721.755 | 2.758.654.839 | 2.021.517.559 | -26,7% | -29,2% |
| Investimentos | 7.755.153.354 | 5.909.407.269 | 1.412.294.787 | 637.842.546 | -54,8% | -56,3% |
| Inversões Financeiras | 18.411.000 | 168.061.971 | 7.171.178 | 21.465.252 | 199,3% | 190,4% |
| Amortização da Dívida | 1.929.767.316 | 2.131.252.515 | 1.339.188.874 | 1.362.209.762 | 1,7% | -2,1% |
| Reserva de Contingência (III) | 1.502 | 1.000 | 0 | 0 | | |
| Total PMSP (A = I + II + III) | 41.966.593.391 | 41.450.655.769 | 22.701.864.665 | 22.483.339.648 | -1,0% | -4,5% |
| CMSP + TCMSP (B) | 815.738.000 | 941.171.415 | 434.720.395 | 450.188.334 | 3,6% | -0,2% |
| Adm. Indireta (C) | 11.624.968.956 | 12.302.735.959 | 6.959.723.492 | 7.466.356.724 | 7,3% | 3,4% |
| Consolidado (A+B+C) | 54.407.300.347 | 54.694.563.143 | 30.096.308.553 | 30.399.884.707 | 1,0% | -2,6% |

Destacando os itens da despesa, no âmbito da administração direta, todos os itens da despesa corrente apresentaram crescimento nominal em relação a 2016 nos montantes liquidados, com destaque para “Juros e Encargos da Dívida”, cujo crescimento foi de 9,9%. O maior item dentro das despesas correntes da administração direta, “Outras Despesas Correntes”, apresentou um aumento de 2,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Dentre as ações desse grupo, as ações de “Operação e Manutenção para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia” (com total liquidado de R\$ 2,164 bilhão) e “Compensações tarifárias do sistema de ônibus” (com R\$ 1,942 bilhão) apresentaram, até agosto/2017, os dois maiores valores liquidados dentro desse grupo.

A Tabela 2.2 mostra as 10 maiores ações (em valor liquidado), que representam 71% do valor total de “Outras Despesas Correntes”.

Tabela 2.2 - 10 maiores ações de Outras Despesas Correntes - PMSP

(Fonte: SOF/SF e Cubo, posição 21/09/2017)

| Cód. | Ação | Liquidado Jan-Ago/2017 | Part. % no Grupo |
|--|---|-----------------------------------|-----------------------------|
| 4125 | OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL BÁSICO, DE ESPECIALIDADES E DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA | 2.164.072.303 | 18% |
| 4701 | COMPENSAÇÕES TARIFÁRIAS DO SISTEMA DE ÔNIBUS | 1.942.474.465 | 16% |
| 2825 | OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CEIS E CRECHES DA REDE CONVENIADA E OUTRAS MODALIDADES DE PARCERIAS | 1.197.340.491 | 10% |
| 4103 | OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES HOSPITALARES, PRONTO SOCORROS E PRONTO ATENDIMENTO | 739.584.490 | 6% |
| 2822 | OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO | 608.002.861 | 5% |
| 4113 | SISTEMA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DO SUS | 535.952.522 | 4% |
| 4702 | SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO | 482.888.919 | 4% |
| 2100 | ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE | 477.452.121 | 4% |
| 6825 | CONTRIBUIÇÃO FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP | 259.210.476 | 2,1% |
| 6206 | OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E IDOSOS | 248.434.312 | 2,0% |
| Total 10 maiores | | 8.655.412.961 | 71% |
| Total Outras Despesas Correntes | | 12.151.312.079 | 100% |

Em relação ao grupo “Investimentos”, com total liquidado até agosto de R\$ 637,842 milhões, destacam-se as despesas com “Condenações Judiciais - Outras Espécies”⁽¹⁾ (R\$ 224 milhões) e “Intervenções no Sistema Viário” (R\$ 96,383 milhões), duas ações que compõe cerca de 50% do total investido. A Tabela 2.3 apresenta as ações do grupo “Investimentos” com os 10 maiores valores liquidados até agosto, que representa 88% do valor total investido para o período.

Tabela 2.3 - Investimentos - PMSP

(Fonte: SOF/SF e Cubo, posição 21/09/2017)

| Cód. | Ação | Liquidado Jan-Ago/2017 | Part. % no Grupo |
|----------------------------|--|------------------------|------------------|
| 0035 | CONDENAÇÕES JUDICIAIS - OUTRAS ESPÉCIES | 224.000.000 | 35% |
| 5100 | INTERVENÇÕES NO SISTEMA VIÁRIO | 96.383.069 | 15% |
| 3357 | URBANIZAÇÃO DE FAVELAS | 81.392.593 | 12,76% |
| 5013 | INTERVENÇÕES DE CONTROLE DE CHEIAS EM BACIAS DE CÓRREGOS | 39.178.202 | 6,14% |
| 7204 | PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS PARA A ZONA LESTE E EXTREMO SUL | 21.959.080 | 3,44% |
| 3366 | CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE HOSPITAIS | 21.850.768 | 3,43% |
| 3356 | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | 21.313.209 | 3,341% |
| 1234 | E164 - CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO PONTE BAIXA | 18.842.145 | 3% |
| 3001 | PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADM. E FISCAL - PNAFM | 18.053.443 | 3% |
| 1060 | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL | 17.120.496 | 3% |
| Total 10 maiores | | 560.093.004 | 88% |
| Total Investimentos | | 637.842.546 | 100% |

Considerando apenas o mês de agosto, a despesa liquidada pela PMSP foi de R\$ 2,852 bilhões, o que representou uma queda nominal de 7,5% em relação ao mesmo mês de 2016 (Tabela 2.4). Em termos reais, houve queda de 9,8%.

No consolidado, a despesa liquidada totalizou R\$ 3,915 bilhões, variação nominal negativa de 2,9% em comparação ao mês de agosto/2016. Considerando a inflação do período, houve queda real de 5,2%.

(1) Condenações Judiciais - Outras Espécies referem-se aos pagamentos de precatórios que não são de natureza alimentar, ou seja, não são decorrentes de ações judiciais referentes a salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez. São decorrentes das demais ações, como referentes a desapropriações e tributos.

Tabela 2.4 - Comparativo da Despesa Mensal

(Fonte: SOF/SF e Cubo, posição 21/09/2017)

| | Liquidado | | Var. % Liq. | Var. Real% Liq. |
|--------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------|-----------------------|
| | Ago/2016 | Ago/2017 | | |
| Despesas Correntes (I) | 2.648.202.254 | 2.552.684.252 | -3,6% | -5,9% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 888.759.164 | 919.379.528 | 3,4% | 1,0% |
| Juros e Encargos da Dívida | 99.994.864 | 97.585.540 | -2,4% | -4,8% |
| Outras Despesas Correntes | 1.659.448.226 | 1.535.719.184 | -7,5% | -9,7% |
| Despesas de Capital (II) | 436.442.598 | 299.397.110 | -31,4% | -33,0% |
| Investimentos | 287.811.921 | 136.451.303 | -52,6% | -53,7% |
| Inversões Financeiras | 0 | 7.300.000 | | |
| Amortização da Dívida | 148.630.677 | 155.645.807 | 4,7% | 2,2% |
| Reserva de Contingência (III) | 0 | 0 | | |
| Total PMSP (A = I + II + III) | 3.084.644.852 | 2.852.081.362 | -7,5% | -9,8% |
| CMSP + TCMSP (B) | 56.264.023 | 56.998.636 | 1,3% | -1,1% |
| Adm. Indireta (C) | 891.115.691 | 1.006.478.762 | 12,9% | 10,2% |
| Consolidado (A+B+C) | 4.032.024.566 | 3.915.558.761 | -2,9% | -5,2% |

As Tabelas 2.5 e 2.6 contêm as despesas liquidadas até agosto de 2016 e 2017 detalhadas por órgão. Foram excluídos a Câmara Municipal de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tratados separadamente na próxima seção.

Tabela 2.5 - Comparativo da Despesa Liquidada até Agosto por Órgão - PMSP

(Fonte: SOF/SF e Cubo, posição 21/09/2017)

| Cod. | Órgão | Orçado 2017 | Congelado 2017 | Liquidado 2016 | Liquidado 2017 | Var.% Liq. |
|------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|------------|
| 08 | FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO | 2.000 | 2.000 | 0 | 0 | |
| 11 | SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL | 346.644.642 | 125.341.063 | 76.248.114 | 108.447.626 | 42,2% |
| 12 | SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS | 532.092.899 | 275.922.893 | 211.549.710 | 113.863.355 | -46,2% |
| 13 | SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO | 223.758.535 | 14.979.237 | 106.124.558 | 86.827.517 | -18,2% |
| 14 | SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | 746.585.435 | 524.122.220 | 122.412.916 | 112.510.433 | -8,1% |
| 16 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 10.985.422.304 | 1.340.908.657 | 6.023.612.106 | 6.221.574.851 | 3,3% |
| 17 | SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA | 459.415.722 | 13.538.362 | 203.787.239 | 215.623.843 | 5,8% |
| 19 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER | 276.888.185 | 74.782.109 | 123.106.637 | 94.712.839 | -23,1% |
| 20 | SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES | 2.655.239.705 | 43.217.726 | 1.850.973.394 | 2.269.749.776 | 22,6% |
| 21 | PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO | 271.624.986 | 7.130.969 | 130.097.709 | 134.468.960 | 3,4% |
| 22 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS | 1.132.027.357 | 544.463.709 | 64.807.293 | 42.612.633 | -34,2% |
| 23 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA | 53.541.219 | 5.993.915 | 27.972.189 | 21.573.275 | -22,9% |
| 24 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 149.571.066 | 17.572.988 | 69.650.978 | 73.371.393 | 5,3% |
| 25 | SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA | 518.728.834 | 198.028.920 | 213.263.338 | 177.558.230 | -16,7% |
| 27 | SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE | 216.238.518 | 29.973.511 | 101.760.981 | 124.106.998 | 22,0% |
| 28 | ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 7.847.081.119 | 168.809.698 | 4.545.788.846 | 4.809.327.277 | 5,8% |
| 30 | SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO | 151.644.713 | 55.308.406 | 58.201.476 | 47.053.043 | -19,2% |
| 31 | SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 7.056.711 | 555.875 | 3.237.813 | 1.913.905 | -40,9% |
| 32 | CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO | 34.463.881 | 2.704.676 | 12.317.912 | 8.124.691 | -34,0% |
| 34 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA | 58.930.350 | 13.730.034 | 33.417.669 | 18.417.432 | -44,9% |
| 35 | FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR | 70.000 | 70.000 | 0 | 0 | |
| 36 | SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | 19.800.531 | 8.931.450 | 7.450.769 | 4.432.069 | -40,5% |
| 37 | SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO | 1.059.906.534 | 331.066.424 | 380.573.349 | 204.664.743 | -46,2% |
| 38 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA | 545.881.586 | 37.619.294 | 293.213.708 | 293.994.427 | 0,3% |

| Cod. | Órgão | Orçado 2017 | Congelado 2017 | Liquidado 2016 | Liquidado 2017 | Var.% Liq. |
|------|--|-------------|----------------|----------------|----------------|------------|
| 39 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL | 16.019.405 | 7.284.471 | 6.205.589 | 652.094 | -89,5% |
| 40 | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESESTATIZAÇÃO E PARCERIAS | 30.476.957 | 13.787.640 | 11.769.620 | 13.759.552 | 16,9% |
| 41 | PREFEITURA REGIONAL PERUS | 29.539.197 | 6.250.111 | 13.404.404 | 12.443.413 | -7,2% |
| 42 | PREFEITURA REGIONAL PIRITUBA/JARAGUÁ | 38.083.614 | 9.122.225 | 18.156.475 | 14.544.503 | -19,9% |
| 43 | PREFEITURA REGIONAL FREGUESIA/BRASILANDIA | 40.211.681 | 9.350.728 | 15.985.876 | 17.452.271 | 9,2% |
| 44 | PREFEITURA REGIONAL CASA VERDE/ CACHOEIRINHA | 28.954.310 | 7.486.200 | 11.680.915 | 10.364.485 | -11,3% |
| 45 | PREFEITURA REGIONAL SANTANA/TUCURUVI | 36.376.353 | 6.558.489 | 17.165.791 | 15.872.581 | -7,5% |
| 46 | PREFEITURA REGIONAL DE JAÇANÃ-TREMembÉ-PR-JT | 32.126.717 | 6.994.325 | 14.997.299 | 13.018.358 | -13,2% |
| 47 | PREFEITURA REGIONAL VILA MARIA/ VILA GUILHERME | 32.365.128 | 6.384.811 | 13.910.537 | 13.120.249 | -5,7% |
| 48 | PREFEITURA REGIONAL DA LAPA | 42.720.074 | 10.035.703 | 18.745.271 | 15.528.536 | -17,2% |
| 49 | PREFEITURA REGIONAL SÉ | 76.191.260 | 16.450.093 | 36.738.822 | 33.384.801 | -9,1% |
| 50 | PREFEITURA REGIONAL BUTANTA | 52.309.444 | 12.652.682 | 23.355.917 | 22.597.415 | -3,2% |
| 51 | PREFEITURA REGIONAL DE PINHEIROS | 41.779.896 | 7.737.271 | 21.776.882 | 20.352.536 | -6,5% |
| 52 | PREFEITURA REGIONAL VILA MARIANA | 38.736.779 | 6.698.071 | 20.223.207 | 18.404.896 | -9,0% |
| 53 | PREFEITURA REGIONAL IPIRANGA | 53.861.216 | 13.457.513 | 21.504.095 | 21.696.592 | 0,9% |
| 54 | PREFEITURA REGIONAL SANTO AMARO | 41.666.510 | 9.536.160 | 18.385.200 | 18.469.622 | 0,5% |
| 55 | PREFEITURA REGIONAL - JABAQUARA | 32.031.936 | 5.583.584 | 15.005.708 | 14.839.420 | -1,1% |
| 56 | PREFEITURA REGIONAL CIDADE ADEMAR | 41.221.795 | 15.536.926 | 15.913.225 | 13.674.053 | -14,1% |
| 57 | PREFEITURA REGIONAL CAMPO LIMPO | 60.068.004 | 16.766.984 | 25.577.176 | 25.454.842 | -0,5% |
| 58 | PREFEITURA REGIONAL M'BOI MIRIM | 46.500.857 | 15.335.361 | 24.421.799 | 16.773.680 | -31,3% |
| 59 | PREFEITURA REGIONAL SOCORRO | 52.088.327 | 20.190.774 | 18.120.807 | 17.113.098 | -5,6% |
| 60 | PREFEITURA REGIONAL PARELHEIROS | 31.663.662 | 8.352.521 | 13.672.533 | 12.248.548 | -10,4% |
| 61 | PREFEITURA REGIONAL PENHA | 48.459.034 | 10.042.508 | 23.453.200 | 21.409.907 | -8,7% |
| 62 | PREFEITURA REGIONAL ERMELINO MATARAZZO | 32.618.121 | 10.196.347 | 14.174.284 | 11.927.060 | -15,9% |
| 63 | PREFEITURA REGIONAL - SÃO MIGUEL PAULISTA | 46.039.298 | 9.242.167 | 20.956.710 | 19.843.908 | -5,3% |
| 64 | PREFEITURA REGIONAL ITAIM PAULISTA | 39.962.888 | 9.542.031 | 17.504.195 | 14.553.744 | -16,9% |
| 65 | PREFEITURA REGIONAL MOOCA | 46.677.965 | 11.209.113 | 21.314.039 | 19.749.104 | -7,3% |
| 66 | PREFEITURA REGIONAL ARICANDUVA/ FORMOSA/CARRÃO | 38.088.221 | 8.457.094 | 17.547.074 | 16.922.239 | -3,6% |

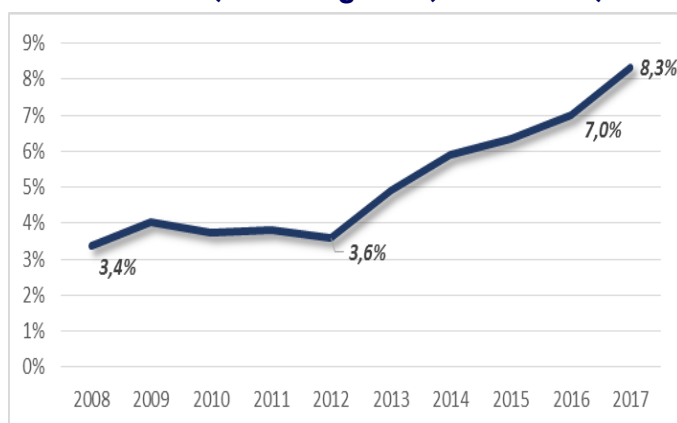
| Cod. | Órgão | Orçado 2017 | Congelado 2017 | Liquidado 2016 | Liquidado 2017 | Var.% Liq. |
|-------------------|---|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|
| 67 | PREFEITURA REGIONAL ITAQUERA | 51.940.384 | 15.285.680 | 21.176.407 | 19.880.004 | -6,1% |
| 68 | PREFEITURA REGIONAL DE GUAIANASES | 40.589.873 | 8.416.916 | 20.004.164 | 15.242.410 | -23,8% |
| 69 | PREFEITURA REGIONAL DE VILA PRUDENTE | 32.220.297 | 8.362.565 | 13.823.694 | 14.008.096 | 1,3% |
| 70 | PREFEITURA REGIONAL SÃO MATEUS | 58.644.672 | 13.996.505 | 25.943.603 | 20.120.444 | -22,4% |
| 71 | PREFEITURA REGIONAL CIDADE TIRADENTES | 31.195.509 | 7.218.413 | 12.735.962 | 12.485.859 | -2,0% |
| 72 | PREFEITURA REGIONAL SAPOEMBA | 25.989.378 | 8.555.461 | 9.653.076 | 9.878.448 | 2,3% |
| 74 | SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL | 19.760.499 | 3.291.894 | 10.031.288 | 3.977.775 | -60,3% |
| 75 | FUNDO MUNICIPAL DE PARQUES | 2.000 | 2.000 | 0 | 0 | |
| 78 | SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO | 75.905.905 | 4.699.742 | 40.777.175 | 7.000.783 | -82,8% |
| 79 | SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES | 35.084.524 | 19.495.174 | 7.346.514 | 5.071.477 | -31,0% |
| 84 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 8.052.053.545 | 943.204.742 | 5.189.737.359 | 5.077.249.963 | -2,2% |
| 86 | FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA | 390.264.000 | 64.290.022 | 143.139.072 | 118.297.639 | -17,4% |
| 87 | FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO | 1.160.552.000 | 541.900.006 | 716.827.990 | 589.538.824 | -17,8% |
| 88 | FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL | 463.480 | 463.480 | 0 | 0 | |
| 89 | FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO | 4.200.000 | 4.200.000 | 292.069 | 0 | -100,0% |
| 90 | FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 110.865.507 | 33.227.652 | 26.191.530 | 40.484.440 | 54,6% |
| 93 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.155.854.616 | 68.756.896 | 713.690.904 | 704.159.822 | -1,3% |
| 94 | FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 24.700.000 | 21.578.000 | 61.941.603 | 212.613 | -99,7% |
| 95 | FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS | 920.000 | 276.000 | 804.884 | 702.597 | -12,7% |
| 96 | FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO | 1.000 | 1.000 | 0 | 0 | |
| 97 | FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL PAULISTANO | 2.330.000 | 1.712.512 | 0 | 617.488 | |
| 98 | FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO | 264.973.455 | 117.520.990 | 136.604.423 | 34.955.942 | -74,4% |
| 99 | FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 472.689.644 | 193.265.187 | 379.907.595 | 158.354.204 | -58,3% |
| Total PMSP | | 41.450.653.769 | 6.204.734.876 | 22.701.864.665 | 22.483.339.648 | -1,0% |

Tabela 2.6 - Comparativo da Despesa Liquidada até Agosto - Adm. Indireta

(Fonte: SOF/SF e Cubo, posição 21/09/2017)

| Cod. | Órgão | Orçado 2017 | Congelado 2017 | Liquidado 2016 | Liquidado 2017 | Var.% Liq. |
|----------------------------|--|-----------------------|--------------------|----------------------|----------------------|-------------|
| 01 | AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL | 1.548.754.485 | 203.790.126 | 909.994.727 | 804.906.350 | -11,5% |
| 02 | HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL | 308.848.595 | 13.994.975 | 175.396.914 | 171.525.453 | -2,2% |
| 03 | INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO | 7.913.187.195 | 65.421.783 | 4.300.945.304 | 4.851.031.834 | 12,8% |
| 04 | SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO | 179.336.860 | 39.280.788 | 76.489.977 | 73.889.397 | -3,4% |
| 80 | FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA E CULTURA | 39.778.081 | 15.604.732 | 9.037.640 | 9.193.324 | 1,7% |
| 81 | AUTORIDADE MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA | 1.998.261.657 | 79.504.324 | 1.297.536.927 | 1.408.721.020 | 8,6% |
| 83 | COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO | 156.014.682 | 18.127.168 | 65.732.231 | 57.282.739 | -12,9% |
| 85 | FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO | 123.175.014 | 13.905.063 | 98.061.424 | 78.564.180 | -19,9% |
| 91 | FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | 35.379.390 | 11.653.518 | 26.528.348 | 11.242.428 | -57,6% |
| Total Adm. Indireta | | 12.302.735.959 | 461.282.477 | 6.959.723.492 | 7.466.356.724 | 7,3% |

Entre os órgãos da Administração Indireta, destaca-se, orçamentariamente, o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, cujas despesas liquidadas até agosto de 2017 somaram R\$ 4,851 bilhões. As receitas do IPREM no período foram de R\$ 2,054 bilhões, incorrendo em déficit de R\$ 2,796 bilhões, valor 22,4% maior que o déficit acumulado até agosto de 2016 (Tabela 2.7). O valor do déficit corresponde, até o período, a 8,3% das receitas arrecadadas, o maior valor acumulado para agosto dos últimos 10 anos (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 - Déficit IPREM (% da receita arrecadada) - Até Agosto (2008-2017)

Fonte dos Dados: SOF / Cubo

Tabela 2.7 - Déficit IPREM - em R\$

Fonte: SOF/SF e Cubo, posição 21/09/2017

| | Orçado 2017 (I) | Jan-Ago 2016 (II) | Jan-Ago 2017 (III) | Var.% (III / II) |
|-------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|
| Receitas (I) | 3.385.199.000 | 2.016.297.907 | 2.054.348.363 | 1,9% |
| Despesas (II) | 7.913.187.195 | 4.300.945.304 | 4.851.031.834 | 12,8% |
| Déficit (II - I) | 4.527.988.195 | 2.284.647.397 | 2.796.683.471 | 22,4% |

2.2 Créditos Adicionais Suplementares

Ao longo da execução do orçamento, o Poder Executivo está autorizado a remanejar recursos entre as dotações orçamentárias até o limite do percentual fixado na Lei Orçamentária Anual - LOA. O art. 11º da LOA 2017 (Lei nº 16.608/2016) autoriza o Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% do total da despesa orçada, o que corresponde a R\$ 5,47 bilhões. O art. 12º da LOA 2017, no entanto, prevê casos em que a abertura de créditos adicionais podem ser realizadas sem onerar esse limite.

Até o dia 31/agosto, foram publicados decretos de abertura de créditos adicionais suplementares interórgãos, por parte da prefeitura, no valor de R\$ 1,004 bilhão⁽²⁾. A Secretaria Municipal da Educação foi o destino da maior parte dessa suplementação (R\$ 458,9 milhões), enquanto as Secretarias de Serviços e Obras e de Urbanismo e Licenciamento foram os órgãos que mais perderam orçamento com os remanejamentos (R\$ 393,276 milhões e R\$ 188,331 milhões respectivamente).

Tabela 2.8 - Suplementações e Reduções - Por Órgão (exceto legislativo)

(Fonte: SOF/SF e Cubo - posição 21/09/2017)

| Órgão | Alteração | % do Orç. |
|--|--------------------|-----------|
| 16 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 458.919.447 | 4,2% |
| 87 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO | 310.361.790 | 26,7% |
| 20 SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES | 148.266.783 | 5,6% |
| 40 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESESTATIZAÇÃO E PARCERIAS | 30.282.386 | 99,4% |
| 27 SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE | 29.218.431 | 13,5% |
| 91 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO | 11.388.138 | 32,2% |
| 93 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 4.497.674 | 0,4% |
| 21 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO | 3.914.253 | 1,4% |
| 95 FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS | 3.212.638 | 349,2% |
| 38 SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA | 885.000 | 0,2% |
| Outras Suplementações | 3.228.999 | |
| Outras Reduções | -8.788.007 | |
| 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO | -4.174.249 | -1,9% |
| 74 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOCIAL | -4.736.167 | -24,0% |
| 12 SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS | -7.295.469 | -1,4% |
| 30 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO | -9.568.178 | -6,3% |
| 83 COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO | -11.388.138 | -7,3% |
| 11 SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL | -21.696.747 | -6,3% |
| 78 SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO | -57.003.808 | -75,1% |
| 28 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | -137.555.783 | -1,8% |
| 37 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO | -188.331.093 | -17,8% |
| 22 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS | -393.276.108 | -34,7% |
| Total* | 160.361.790 | |

(2) O montante inclui alterações orçamentárias (suplementações/reduções) entre órgãos da administração direta, entre órgãos da administração direta e indireta. Não inclui alterações dentro de órgãos da administração indireta/direta e nem dentro de órgãos do legislativo (CMSP / TCMSP)

* - o saldo positivo se deve ao fato de que R\$160,361 milhões dos créditos suplementares tiveram como fonte de recursos o superávit financeiro de 2016 e não reduções orçamentárias de outros órgãos.

3. Evolução das Despesas da CMSP e do TCMSP

A lei orçamentária para o exercício de 2017 fixou as despesas da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) em R\$ 626,911 milhões e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) em R\$ 314,260 milhões.

Até agosto de 2017, a despesa liquidada pela CMSP alcançou 49,7% do valor de seu orçamento anual, totalizando R\$ 311,334 milhões, um aumento nominal de 0,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Descontando a inflação acumulada no período, houve uma queda real de 3,2%.

No mesmo período, a despesa liquidada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo somou R\$ 138,853 milhões, equivalente a 44,2% de seu orçamento atualizado, chegando a um aumento nominal de 11,3% em relação ao mesmo período de 2016. Em termos reais houve aumento de 7,2%.

A tabela 3.1 mostra o comparativo da despesa liquidada pela CMSP e TCMSP até agosto dos exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 3.1 - Comparativo da Despesa Liquidada CMSP e TCMSP - em R\$

(Fonte: SOF/SF e Cubo - posição 21/09/2017)

| | Orçado 2017 | Atualizado 2017 (I) | Jan-Ago 2016 (II) | Jan-Ago 2017 (III) | Var.Nom% (III / II) | Var. Real% | %Atualiz. (III / I) |
|--|--------------------|---------------------|--------------------|--------------------|---------------------|--------------|---------------------|
| Câmara Municipal de São Paulo | 626.911.000 | 626.911.000 | 309.953.356 | 311.334.973 | 0,4% | -3,2% | 49,7% |
| Tribunal de Contas do Município de São Paulo | 314.260.415 | 314.260.415 | 124.767.039 | 138.853.361 | 11,3% | 7,2% | 44,2% |
| Total CMSP e TCMSP | 941.171.415 | 941.171.415 | 434.720.395 | 450.188.334 | 3,6% | -0,2% | 47,8% |

4. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário consolidado (diferença entre as receitas orçamentárias e as despesas liquidadas) acumulado até agosto/2017 foi superavitário em R\$ 3,122 bilhões. A Tabela 4.1 apresenta a composição do superávit por fonte de recursos.

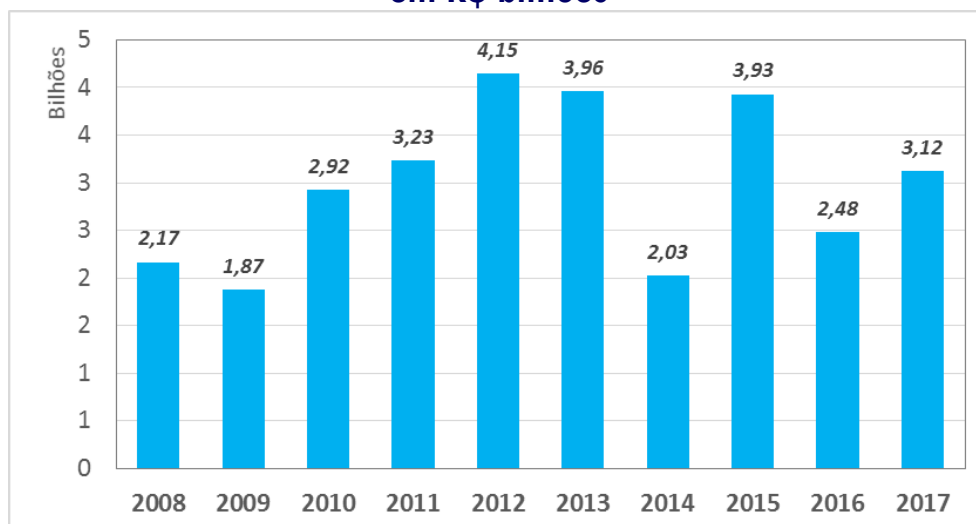
Tabela 4.1 - Resultado Orçamentário por fonte - Consolidado - Até Ago/2017 em R\$

(Fonte: SOF/SF - Cubo, posição 21/09/2017)

| Fonte | Receita Realizada (I) | Despesa Liquidada (II) | Resultado (I) - (II) |
|--|-----------------------|------------------------|----------------------|
| 00 Tesouro Municipal | 24.360.566.369 | 22.636.434.659 | 1.724.131.710 |
| 01 Operações de Crédito | 25.698.007 | 22.257.954 | 3.440.053 |
| 02 Transferências Federais | 1.932.523.583 | 1.594.919.342 | 337.604.241 |
| 03 Transferências Estaduais | 391.390.407 | 177.056.929 | 214.333.477 |
| 04 Fundo Constitucional da Educação | 2.559.342.336 | 2.654.420.745 | -95.078.409 |
| 05 Outras Fontes | 61.619.114 | 47.436.077 | 14.183.036 |
| 06 Recursos Próprios da Administração Indireta | 2.110.171.974 | 2.071.815.240 | 38.356.734 |
| 08 Tesouro Municipal - Recursos Vinculados | 2.056.113.042 | 1.176.525.388 | 879.587.654 |
| 09 Recursos Próprios da Empresa Dependente | 24.309.198 | 19.018.373 | 5.290.825 |
| TOTAL | 33.521.734.030 | 30.399.884.707 | 3.121.849.323 |

O resultado acumulado até agosto/2017 foi cerca de R\$ 642,110 milhões superior ao observado no mesmo período em 2016 e R\$ 807,945 milhões inferior ao realizado em 2015.

Gráfico 4.1 - Resultado Orçamentário Consolidado - Até Agosto em R\$ bilhões



Fonte: Cubo - Posição 21/09/2017

A tabela 4.2 mostra o resultado orçamentário até Agosto/2017 para os fundos. De acordo com o orçamento aprovado para 2017, nem todos os fundos terão suas despesas orçamentárias inteiramente cobertas por receitas próprias (transferências estaduais, federais, recursos vinculados aos mesmos como Multas de Trânsito, Outorga Onerosa etc..). Para alguns deles, como o Fundo de Assistência Social e o Fundo Municipal de Saúde, a maior parte das despesas previstas para 2017 serão cobertas por recursos do tesouro municipal (fonte 00), logo, naturalmente, apresentarão resultado orçamentário negativo.

Tabela 4.2 - Resultado Orçamentário - Fundos - Até Ago/2017 em R\$

(Fonte: SOF/SF e Cubo, posição 21/09/2017)

| Fundo | Receita Realizada* (I) | Despesa Liquidada (II) | Resultado (I) - (II) |
|--|-----------------------------|---------------------------|----------------------|
| 08 Fundo Municipal do Idoso | 0 | 0 | 0 |
| 35 Fundo Municipal de Defesa do Consumidor | 0 | 0 | 0 |
| 75 Fundo Municipal de Parques | 0 | 0 | 0 |
| 84 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 1.374.913.263 | 5.077.249.963 | -3.702.336.700 |
| 86 Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura | 319.135.210 | 118.297.639 | 200.837.571 |
| 87 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito | 1.202.412.895 | 589.538.824 | 612.874.071 |
| 88 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural | 5.162 | 0 | 5.162 |
| 89 Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação | 2.455.768 | 0 | 2.455.768 |
| 90 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente | 60.509.755 | 40.484.440 | 20.025.315 |
| 91 Fundo Municipal de Habitação | 14.678.046 | 11.242.428 | 3.435.618 |
| 93 Fundo Municipal de Assistência Social | 80.397.953 | 704.159.822 | -623.761.868 |
| 94 Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável | 19.310.718 | 212.613 | 19.098.105 |
| 95 Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais | 4.339.697 | 702.597 | 3.637.100 |
| 96 Fundo Municipal de Turismo | 4.335 | 0 | 4.335 |
| 97 Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano | 370.246 | 617.488 | -247.243 |
| 98 Fundo de Desenvolvimento Urbano | 130.994.637 | 34.955.942 | 96.038.695 |
| 99 Fundo Municipal de Iluminação Pública | 323.331.039 | 158.354.204 | 164.976.835 |

* - estão sendo consideradas receitas dos fundos as contas de receitas atribuídas a cada fundo de acordo com o Demonstrativo de Receitas e Despesas constante nos anexos da LOA 2017.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa - PMSP

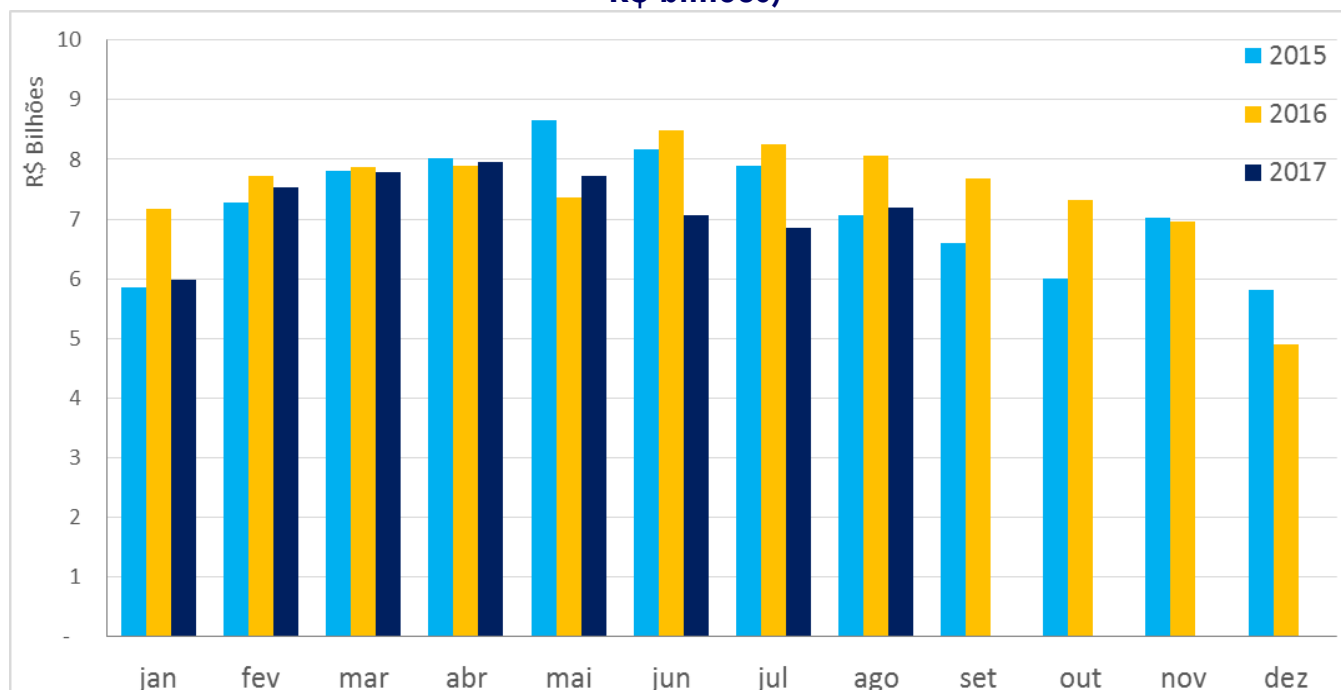
O saldo da conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” do Balanço Patrimonial compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com alta liquidez para aplicações nas operações da prefeitura.

De acordo com o Sistema de Orçamento e Finanças (SOF), em 31 de agosto de 2017, havia R\$ 7,193 bilhões registrados nesta conta, valor superior aos R\$ 6,856 bilhões disponíveis em 31 de julho de 2017. No entanto, o valor de agosto de 2017 é menor do que o contabilizado no fechamento do mesmo mês do ano passado, R\$ 8,059 bilhões (31 de agosto de 2016).

É importante frisar que parte desses recursos possuem destinação legal determinada (recursos vinculados), não podendo ser utilizados para outras finalidades que não aquelas especificadas em lei, como, por exemplo, recursos oriundos de operações urbanas que somente podem ser gastos em regiões pré-definidas ou recursos de depósitos judiciais convertidos em receita, cujo uso é restrito ao determinado por lei complementar.

O gráfico 5.1 apresenta o saldo de caixa no último dia de cada mês para 2017 e dos dois anos anteriores.

Gráfico 5.1 - Evolução do saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” - PMSP (em R\$ bilhões)



Fonte: SOF/SF - Posição 22/09/2017

5.1 - Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Operações Urbanas

Dentro da conta de “Caixa e Equivalentes de Caixa”, a maior parte dos saldos, 98% em 31 de agosto de 2017, se concentra sob o item “Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata”. Dentre essas aplicações, um montante considerável de recursos é oriundo das operações urbanas. Como mencionado anteriormente, apesar de serem recursos com alta liquidez, ou seja, praticamente à disposição da prefeitura a qualquer momento, eles só podem ser utilizados em melhorias urbanas na região delimitada pelas respectivas leis de cada operação urbana, logo são considerados “recursos vinculados”.

A Tabela 5.1 apresenta o saldo, as entradas e saídas de recursos das contas, até 31 de agosto de 2017, explicitamente carimbadas como aplicações dos recursos de operações urbanas. Até a referida data, o saldo das aplicações estava em R\$ 1,521 bilhão, valor R\$ 100 milhões menor em relação ao saldo inicial de 2017.

Tabela 5.1 - Saldo de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata Operações Urbanas* - Até 31/08/2017

(Fonte: SOF/SF, posição 22/09/2017)

| Operação Urbana | Saldo em 31/12/2016 | Entradas | Saídas | Resultado | Saldo em 31/07/2017 |
|-----------------|----------------------|--------------------|--------------------|---------------------|----------------------|
| Água Branca | 520.525.929 | 59.840.264 | 9.560.498 | 50.279.767 | 570.805.696 |
| Água Espraiada | 559.452.891 | 213.300.380 | 370.905.707 | -157.605.327 | 401.847.565 |
| Centro | 40.310.103 | 2.826.184 | 5.434.524 | -2.608.340 | 37.701.762 |
| Faria Lima | 500.941.786 | 37.118.389 | 27.244.003 | 9.874.386 | 510.816.172 |
| TOTAL | 1.621.230.709 | 313.085.217 | 413.144.732 | -100.059.514 | 1.521.171.194 |

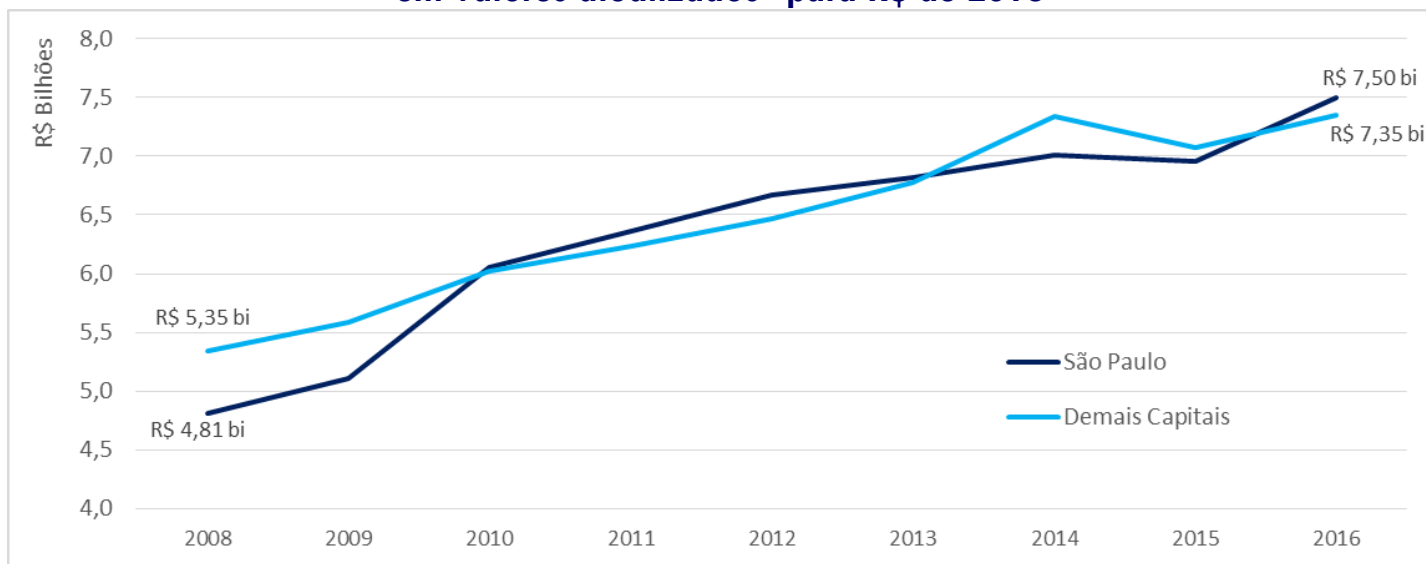
* - inclui apenas os saldos de contas classificadas como “Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata” que estão explicitamente identificadas como sendo de operações urbanas.

6. A Arrecadação de IPTU em São Paulo

A Lei Municipal nº 15.044/2009 (art. 10) obriga o Poder Executivo a encaminhar até o dia 15 de outubro do primeiro e do terceiro ano do respectivo mandato à Câmara Municipal projeto de lei com proposta de atualização da Planta Genérica de Valores - PGV, que representa os valores unitários de metro quadrado de construção e de terrenos para fins de apuração do valor venal dos imóveis usados no cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

A atual gestão municipal já informou³ que em seu primeiro ano de mandato não revisará os valores da PGV, e que esses serão apenas atualizados pela taxa de inflação. Mesmo sem a correção prevista da PGV, a arrecadação de IPTU no município de São Paulo tem alcançado um valor, nacionalmente, representativo. A título de comparação, em 2016, o valor da arrecadação do IPTU na cidade de São Paulo (R\$ 7,5 bilhões) foi superior a soma do valor arrecadado em todas as demais capitais brasileiras (R\$ 7,3 bilhões).

Gráfico 6.1 - Evolução da Arrecadação de IPTU - Capitais – 2008 a 2016 em valores atualizados* para R\$ de 2016



(*) Valores atualizados a preços de 2016 pelo IPCA/IBGE

Fonte: FINBRA (para os dados até 2012) e SICONFI (a partir de 2013) / Secretaria do Tesouro Nacional

Conforme o Gráfico 6.1 mostra, a arrecadação de IPTU, entre 2008 e 2016, apresentou um expressivo crescimento real tanto na capital paulista (de R\$ 4,81 bilhões para R\$ 7,50 bilhões) como no conjunto das demais capitais (de R\$ 5,35 bilhões para R\$ 7,35 bilhões). No entanto, o

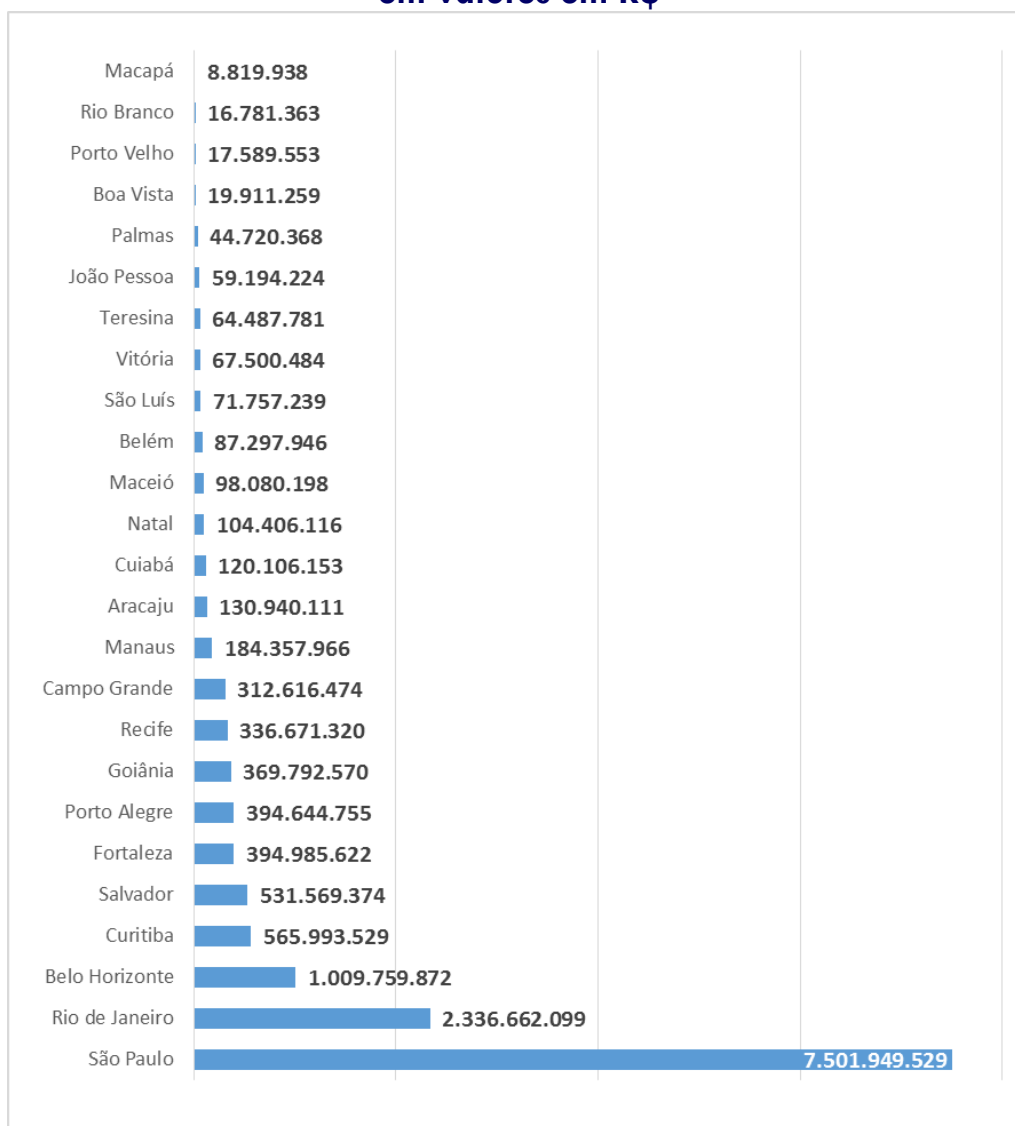
(3) Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-anuncia-que-nao-havera-revisao-da-planta-generica-de-valores-do-iptu>

crescimento da arrecadação em São Paulo foi significativamente maior (56,0%), fazendo com que o IPTU paulistano superasse, em 2016, a soma das receitas das demais capitais brasileiras com o mesmo imposto, que entre 2008 e 2016 aumentou 37,5%.

O Gráfico 6.2 apresenta o valor (em R\$) arrecadado no ano de 2016 por cada administração municipal entre as capitais brasileiras.

Deve-se ressaltar que grande parte do protagonismo da cidade de São Paulo na arrecadação de

Gráfico 6.2 - Arrecadação de IPTU - Capitais – 2016 em valores em R\$



Fonte: SICONFI / Secretaria do Tesouro Nacional

IPTU explica-se pelo fato de ela ser mais populosa e com maior quantidade de imóveis, possuindo, portanto, uma base contributiva maior. Outro fator que explica parte desta posição de destaque é a riqueza econômica da capital paulista, e, conseqüentemente a valorização dos seus imóveis, sobre a propriedade dos quais incide o imposto.

No entanto, como mostra-se adiante, mesmo considerando esses fatores

(população e renda) a arrecadação paulistana permanece em destaque comparativamente às demais capitais.

População - IPTU *per capita*

A Tabela 6.1 apresenta a relação dos municípios brasileiros com as maiores arrecadações *per capita* de IPTU (arrecadação dividida pela população residente) no ano de 2016.

Tabela 6.1 - Maiores Arrecadações de IPTU *per capita* - 2016

| Pos. | Município | IPTU Arrecadado (R\$) | População | IPTU <i>per capita</i> (R\$) |
|------------|--------------------------|-----------------------|-------------------|------------------------------|
| 1º | Ilha Comprida - SP | 18.212.129 | 10.291 | 1.769,7 |
| 2º | Água Limpa - GO | 3.330.068 | 1.993 | 1.670,9 |
| 3º | São Sebastião - SP | 120.050.678 | 83.020 | 1.446,0 |
| 4º | Bertioga - SP | 78.907.803 | 56.555 | 1.395,2 |
| 5º | Arroio do Sal - RS | 10.906.368 | 8.785 | 1.241,5 |
| 6º | Águas de São Pedro - SP | 3.193.777 | 3.139 | 1.017,5 |
| 7º | Bombinhas - SC | 17.148.076 | 17.477 | 981,2 |
| 8º | Guarujá - SP | 301.096.702 | 311.230 | 967,4 |
| 9º | Corumbá de Goiás - GO | 10.364.316 | 10.961 | 945,6 |
| 10º | Capão da Canoa - RS | 44.526.357 | 47.148 | 944,4 |
| 11º | Praia Grande - SP | 272.000.075 | 299.261 | 908,9 |
| 12º | São Caetano do Sul - SP | 136.022.989 | 158.024 | 860,8 |
| 13º | Santos - SP | 347.200.051 | 433.966 | 800,1 |
| 14º | Balneário Camboriú - SC | 98.208.625 | 128.155 | 766,3 |
| 15º | Gramado - RS | 26.405.459 | 34.605 | 763,1 |
| 16º | Matinhos - PR | 24.854.244 | 32.591 | 762,6 |
| 17º | Cubatão - SP | 92.542.444 | 127.006 | 728,6 |
| 18º | Mongaguá - SP | 36.610.023 | 52.492 | 697,4 |
| 19º | Ilhabela - SP | 22.375.869 | 32.197 | 695,0 |
| 20º | Niterói - RJ | 332.819.066 | 496.696 | 670,1 |
| 21º | Águas de Lindóia - SP | 12.208.005 | 18.313 | 666,6 |
| 22º | Campos do Jordão - SP | 33.247.155 | 50.852 | 653,8 |
| 23º | Estrela do Norte - GO | 2.171.855 | 3.386 | 641,4 |
| 24º | Ubatuba - SP | 54.425.130 | 86.392 | 630,0 |
| 25º | São Paulo - SP | 7.501.949.529 | 11.967.825 | 626,8 |
| 26º | Itapema - SC | 35.736.577 | 57.089 | 626,0 |
| 27º | Santana de Parnaíba - SP | 79.183.579 | 126.574 | 625,6 |
| 28º | Imbé - RS | 12.328.594 | 19.993 | 616,6 |
| 29º | Peruíbe - SP | 40.031.116 | 65.226 | 613,7 |
| 30º | Barra de São Miguel - AL | 4.861.407 | 8.266 | 588,1 |

Fonte: SICONFI / Secretaria do Tesouro Nacional

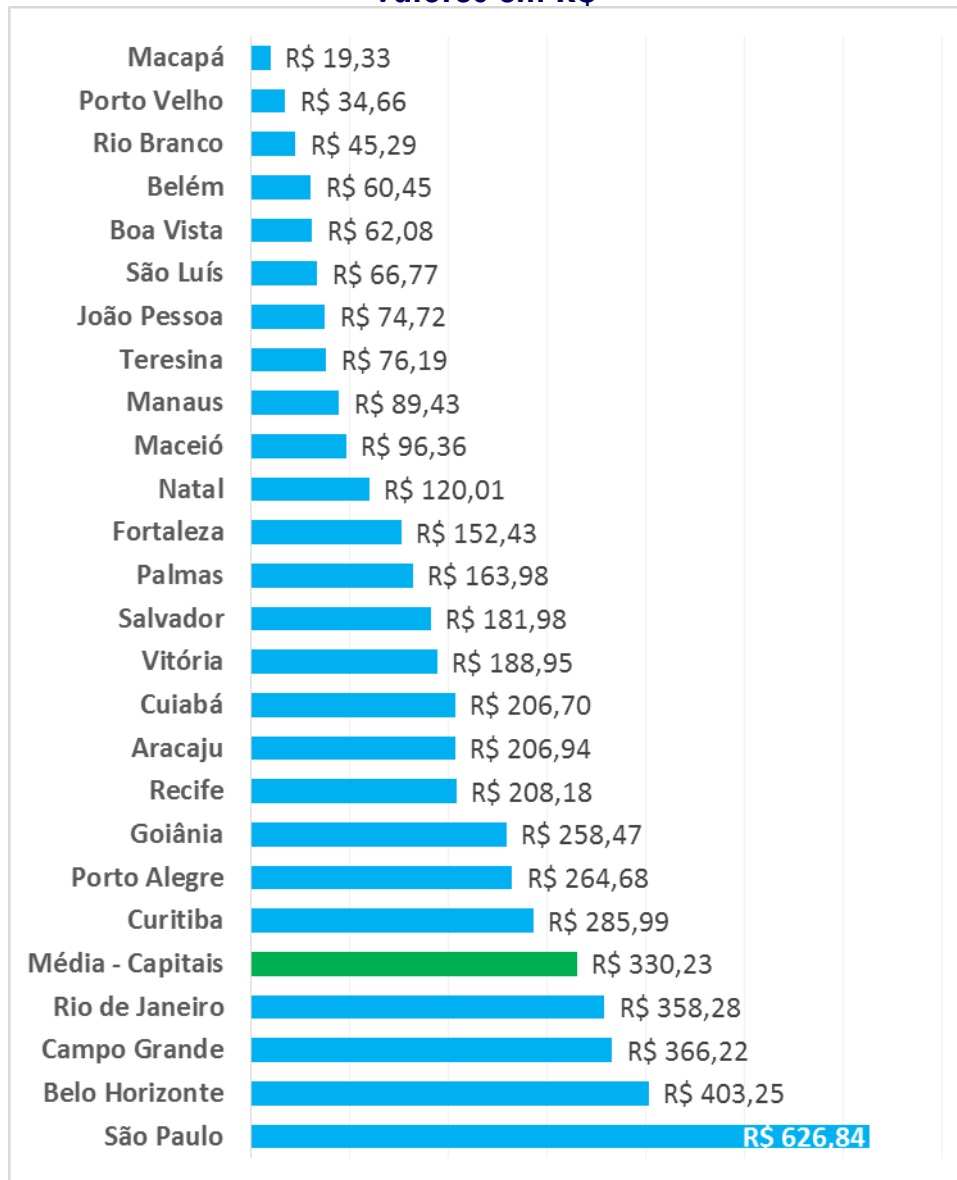
Se analisarmos o universo de todos os municípios brasileiros, observa-se que as maiores arrecadações *per capita* de IPTU pertencem às cidades predominantemente turísticas. Nesses municípios, a população residente é proporcionalmente menor em relação ao número de imóveis (área construída), uma vez que parte relevante dos imóveis é constituída por hotéis, pousadas e edificações voltadas aos turistas e não residentes. Apesar dessas construções recolherem o IPTU, elas não abrigam residentes, e portanto, a relação (arrecadação de IPTU)/(população residente) é significativamente mais alta nessas cidades.

Conforme a Tabela 6.1, a lista é encabeçada pela cidade turística Ilha Comprida - SP (R\$ 1.769,7 *per capita*), seguida pela pequena cidade, com apenas 1.993 habitantes, de Água Limpa - GO (R\$ 1.670,9 *per capita*) e por São Sebastião - SP (R\$ 1.446,0 *per capita*)

A cidade de São Paulo ocupa apenas a 25º posição com arrecadação *per capita* de R\$ 626,8. No entanto, como a tabela compara cidades com características e de estruturas econômicas bastante diversas, o resultado perde importância.

Nesse sentido, o Gráfico 6.3 ilustra o comparativo da arrecadação *per capita* do IPTU em 2016 somente entre as capitais brasileiras (cidades com estruturas econômicas mais próximas). Como se observa, confrontando apenas com as capitais, a arrecadação *per capita* paulistana é expressivamente superior a qualquer uma das demais. A arrecadação *per capita* paulistana foi 55,5% superior à segunda maior arrecadação, Belo Horizonte - MG (2,5 milhões de habitantes) e 89,8% superior à média entre as capitais brasileiras. Campo Grande - MS (853,6 mil habitantes) vem, na sequência, na terceira posição com R\$ 366,22 *per capita*; e, na quarta posição, Rio de Janeiro (6,5 milhões) com R\$ 358,28 *per capita*.

**Gráfico 6.3 - Arrecadação per capita de IPTU - Capitais – 2016
valores em R\$**



Fonte: SICONFI / Secretaria do Tesouro Nacional

Assim, embora, no universo de todas as cidades brasileiras, a arrecadação *per capita* de São Paulo não esteja entre as maiores, quando comparada com as capitais (cidades com características mais próximas) a sua arrecadação mostra-se bastante expressiva.

Arrecadação de IPTU e o PIB

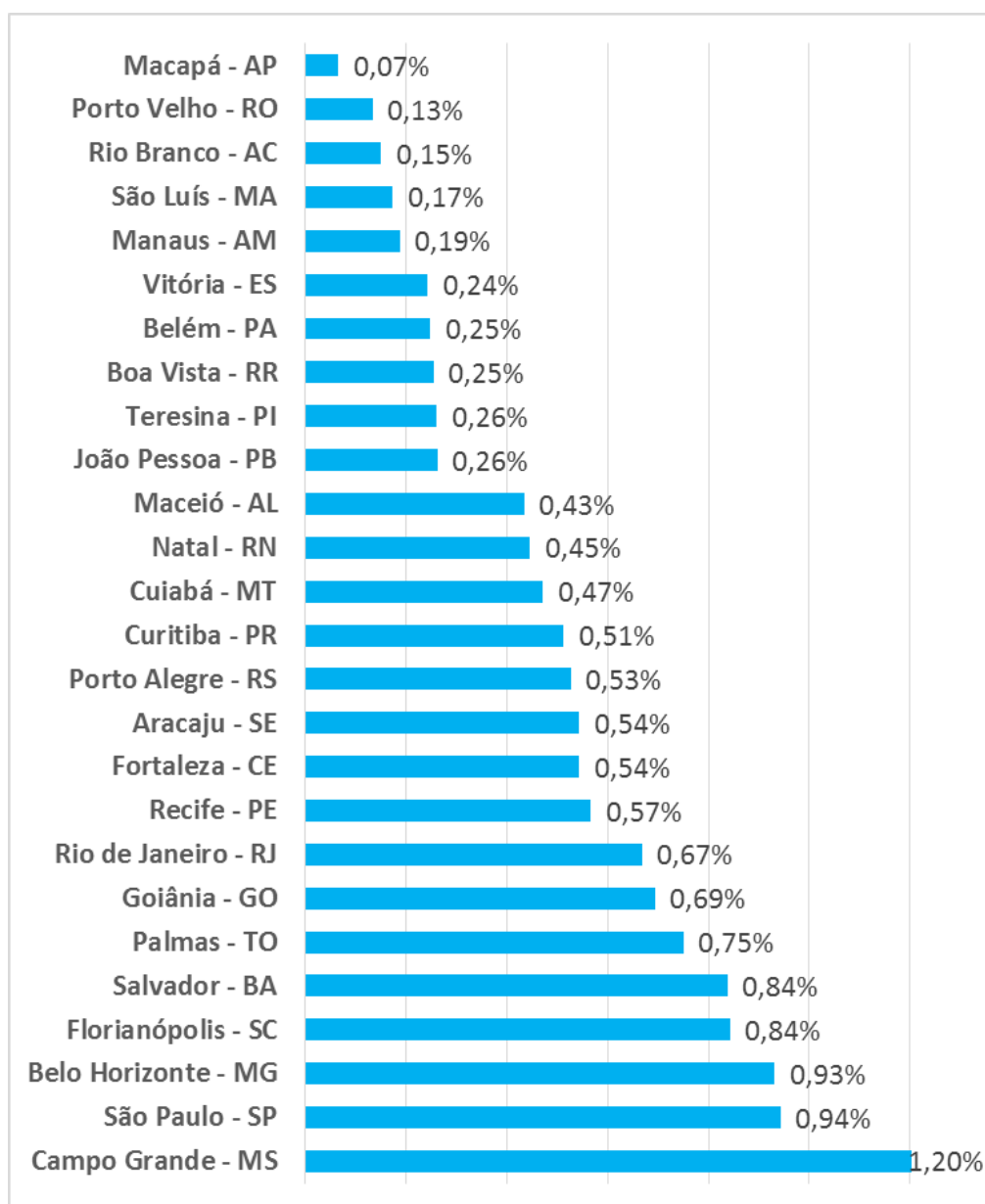
Outro fator mencionado que poderia justificar essa expressiva arrecadação de IPTU seria a pujança econômica da capital paulista. Quanto mais rica a cidade, maior tende a ser a valorização dos imóveis nela construídos. Por falta de uma variável que melhor represente o valor do estoque da riqueza imobiliária (imóveis novos e usados) das cidades, utilizamos o Produto Interno Bruto - PIB municipal, que representa, de modo simples, a soma da renda produzida na cidade em um determinado ano.

A relação (Arrecadação de IPTU)/PIB representa o quanto, de cada R\$ 1,00 da renda gerada no município, a administração municipal está extraindo da população sob a forma de IPTU. Mas, na medida em que o valor dos imóveis de uma determinada localidade está refletido na renda nela gerada, podemos também interpretar essa relação como um indicador do grau de tributação a que os imóveis de determinado município estão sujeitos. Quanto maior o valor da relação, maior é o grau da tributação.

O Gráfico 6.4 compara, entre as capitais, os valores calculados dessa relação, utilizando dados de 2014, último ano disponível para os dados de PIB municipal pelo IBGE. Conforme o gráfico, São Paulo aparece na segunda posição (0,94%), atrás apenas de Campo Grande, que encabeça a lista (com 1,2%). Na sequência, vem Belo Horizonte com 0,93%. Na média das capitais (excluindo São Paulo), o indicador é 0,58%, percentual significativamente menor ao da capital paulista.

O resultado mostrado no Gráfico 6.4 é que mesmo ponderando pela renda econômica, a arrecadação paulistana ainda assim destaca-se como a segunda maior relação arrecadação/PIB entre as capitais e com valor significativamente superior à média das demais capitais.

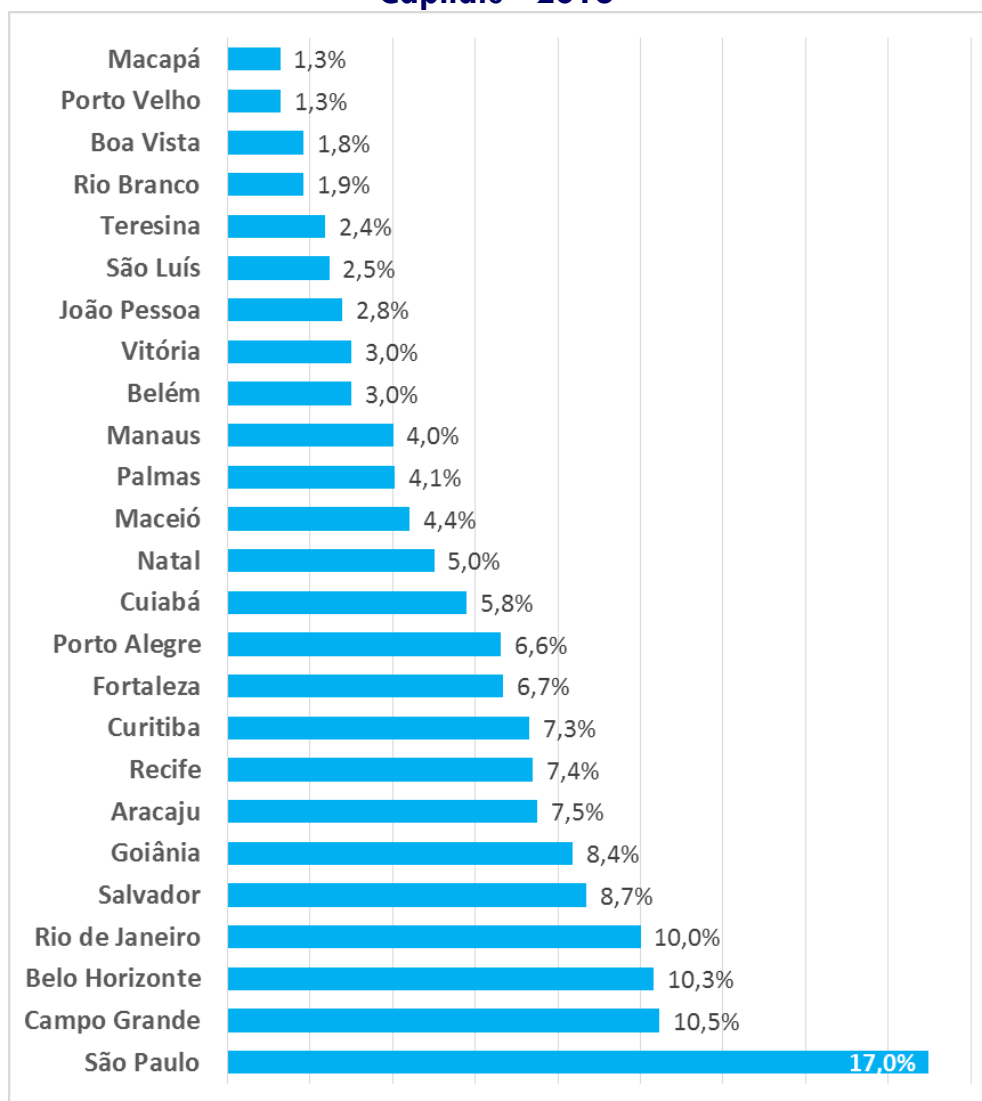
Gráfico 6.4 - Arrecadação de IPTU e PIB - Capitais – 2014
Arrecadação / PIB (%)



Fonte: PIB Municipal - IBGE
 Arrecadação IPTU - SICONFI / Secretaria do Tesouro Nacional

Conforme mostrado, o nível e a evolução da arrecadação de IPTU revela haver um grau relevante de tributação na cidade em São Paulo, comparativamente, as demais capitais. Se, por um lado, este fato represente um maior encargo para o contribuinte paulistano, de outro proporciona maior receita própria para a administração municipal. O Gráfico 6.5 mostra o grau da importância do IPTU para as receitas municipais. Em 2016, a participação da arrecadação paulistana de IPTU correspondeu a 17% das receitas correntes, percentual, significativamente, maior que o da cidade de Campo Grande - MS (10,5%), segunda posição.

Gráfico 6.5 - Participação (%) da Arrecadação de IPTU nas Receitas Correntes - Capitais - 2016



Fonte: Arrecadação IPTU - SICONFI / Secretaria do Tesouro Nacional

Tal participação maior revela-se uma importante proteção para as finanças da cidade. Primeiramente, em razão da natureza do IPTU, que é um imposto de competência municipal. A sua arrecadação não está sujeita a decisões tomadas por outros entes federativos. E, segundo, porque o IPTU é um imposto cuja arrecadação não está imediatamente ligada a atividade econômica. Embora, no longo prazo, espera-se que a variação da renda e do valor dos imóveis estejam associadas, essa relação não é imediata e nem automática para os valores venais. Em momentos de crise, por exemplo, a sua arrecadação não sofre tanto quanto outros impostos municipais e transferências recebidas.

Vereadores da 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 2017:

Presidente: Milton Leite
1ª Vice-Presidente: Eduardo Tuma
2º Vice-Presidente: Edir Sales
1º Secretário: Arselino Tatto
2º Secretário: Celso Jatene
1º Suplente: Gilberto Nascimento Jr.
2ª Suplente: Ota

| | |
|-----------------------|-----------------------|
| Abou Anni | Janaina Lima |
| Adilson Amadeu | João Jorge |
| Adriana Ramalho | José Police Neto |
| Alessandro Guedes | Juliana Cardoso |
| Alfredinho | Mario Covas Neto |
| Aline Cardoso | Noemi Nonato |
| André Santos | Paulo Frange |
| Antonio Donato | Prof. Cláudio Fonseca |
| Atilio Francisco | Quito Formiga |
| Aurélio Nomura | Reis |
| Caio Miranda Carneiro | Ricardo Nunes |
| Camilo Cristóforo | Ricardo Teixeira |
| Claudinho de Souza | Rinaldi Digilio |
| Conte Lopes | Rodrigo Goulart |
| Dalton Silvano | Rute Costa |
| David Soares | Sâmia Bomfim |
| Dr. Milton Ferreira | Sandra Tadeu |
| Eduardo Suplicy | Senival Moura |
| Fabio Riva | Soninha Francine |
| Fernando Holiday | Souza Santos |
| George Hato | Toninho Paiva |
| Gilson Barreto | Toninho Vespoli |
| Isac Felix | Tripoli |
| Jair Tatto | Zé Turin |

CONSULTORIA TÉCNICA DE ECONOMIA E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

Consultores Técnicos Legislativos Economistas:
Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Marcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.
Estagiária: Debora Cristina de Souza.

Contato: cte2@camara.sp.gov.br